

## PRETA DE NEVE

Paulo de Medeiros\*

RESUMO: Lídia Jorge é uma das escritoras que mais sistematicamente tem analisado problemas relativos à transformação multicultural de Portugal no período pós-colonial. Neste ensaio, a questão dos conflitos raciais é analisada especialmente com referência aos dois romances mais recentes de Lídia Jorge, *O Vento Assobiando nas Gruas* e *Combateremos a Sombra*, embora com menção a outros romances da autora. A obra de Lídia Jorge é encarada como um processo de testemunho e como um alerta para problemas sérios da sociedade portuguesa pós-imperial.

PALAVRAS-CHAVE: pós-colonialismo; romance contemporâneo português; racismo; Lídia Jorge.

RÉSUMÉ: *Lidia Jorge est l'un des écrivains qui ait analysé de façon systématique des problèmes liés à la transformation multiculturelle du Portugal au cours de la période postcoloniale. Dans cet essai, la question des conflits de race est spécialement analysée à partir des deux romans les plus récents Lidia Jorge, Le vent sifflant entre les grues et Nous combattrons contre l'ombre, tout en faisant appel à d'autres romans de l'auteur. L'œuvre de Lidia Jorge est lue comme témoignage et comme moyen d'attirer l'attention vers des problèmes sérieux de la société portugaise postcoloniale.*

MOTS-CLÉS: *postcolonialisme; roman portugais contemporain; racisme; Lidia Jorge.*

*It is more fruitful to interpret the easy refusal of cosmopolitan and humanistic desires as a failure of political imagination.*

Paul Gilroy, *After Empire*

Quase se pode dizer que duas cerimónias distintas, embora ambas trágicas, servem de conclusão aos dois romances mais recentes de Lídia Jorge, *O Vento Assobiando nas Gruas* (2002) e *Combateremos a Sombra* (2007). Uma é um casamento, a outra um inquérito policial, mas nos dois casos a figura da morte impera. Embora a vida continue – o casamento é prova disso, assim como o encontro com Rossiana –, as personagens, mesmo as que escaparam da morte, são-lhe submetidas, pois as suas vidas, em certo sentido, só são possíveis devido à morte, antecipada ou efectiva, de outras vidas. De certo modo, tanto Milene e o seu

\* Doutorado em Literatura Comparada na University of Massachusetts em Amherst e desde 1998 ocupa a Cátedra de Estudos Portugueses na Universidade de Utrecht nos Países Baixos. Tem publicado ensaios diversos sobre teoria da literatura e escritores portugueses e brasileiros. Recentemente editou a colectânea *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures* (2007) assim como *Da Possibilidade do Impossível: Leituras de Saramago* (2007).

noivo, em *O Vento Assobiando nas Gruas*, como Rossiana, em *Combateremos a Sombra*, são sobreviventes e sabem-no. Aliás, embora no romance mais recente o desfecho mortal seja mais directo, já que a personagem principal, o psicanalista Osvaldo de Campos, é liquidado, é nele porém que se pode contemplar talvez melhor uma possibilidade de resistência à morte; quanto ao romance anterior, o casamento de Milene com Antonino, que deveria indiciar um caminho para construir o futuro e gerar novas vidas, só é possível enquanto forçadamente estéril. Os dois romances são bem distintos quer na temática quer no enredo, e, no entanto, as semelhanças entre eles são significativas, e em ambos Lídia Jorge oferece uma crítica irónica, tragicamente irónica, à sociedade portuguesa enquanto sociedade pós-colonial que se recusa a ver-se, a compreender-se como tal. Toda a obra de Lídia Jorge – desde o seu primeiro romance, *O Dia dos Prodígios* (1980), em que a euforia de Abril já vinha acompanhada da crítica contundente à rápida e descontrolada transformação da sociedade portuguesa, do obscurantismo rural a que estivera submetida durante grande parte do século XX para uma sociedade de serviço pós-industrial – tem-se caracterizado por aliar uma intensidade poética a uma lucidez analítica e crítica difícil de se igualar <sup>1</sup>. Daí que, o comentário, feito por um entrevistador à autora, e que ela repete, sobre a contemporaneidade do seu romance mais recente, surpreenda («Folheando com...», 2007). Talvez haja um tom mais urgente nos últimos romances, mas desde o primeiro que essa contemporaneidade é manifesta, e de maneira bem directa, mesmo que a crítica por vezes não se tenha bem apercebido dos modos como os romances de Lídia Jorge – não obstante serem grandes obras de arte – são, ao mesmo tempo, documentos indispensáveis para se pensar a sociedade portuguesa actual, tanto pela crítica que expõe sem falsas piedades o lado podre da sociedade como pela imaginação de um futuro outro, mais honesto e mais crítico, em que o passado não seja nem emoldurado nem relegado para o esquecimento, de modo a que a sociedade possa assumir-se plenamente, sem os disfarces grotescos para evitar reconhecer-se quer nas suas falhas e nos seus crimes como nas suas possibilidades de se pensar diferentemente.

Nenhuma das potências coloniais europeias soube adaptar-se facilmente à sua condição pós-colonial. Nem a Inglaterra nem a França, apesar de terem reconhecido muito mais cedo do que Portugal que a sua situação de colonizadores era insustentável depois do fim da Segunda Guerra Mundial, conseguiram completamente assumir-se como sociedades pós-coloniais, tendo optado mais por exercer uma forma de neocolonialismo financeiro e cultural, revertendo ainda, mesmo que esporadicamente, ao uso de força militar, quer supostamente na defesa dos interesses das novas nações africanas, quer até sem encobrimentos como no caso da guerra das Malvinas com a Argentina. Portugal, não tendo tido a pré-ciência de reconhecer a insustentabilidade das suas fantasias imperiais, nem a sua dependência em relação às outras potências europeias e à política externa dos Estados

Unidos, teve a pretensão de passar, por assim dizer, de um dia para o outro, da decrepitude supostamente imperial para um estado de graça descolonizador, democrático e supostamente tolerante. E sem reconhecer que, afinal de contas, a falsa retórica da nação plurirracial conveniente à demagogia do Estado Novo se via assim perpetuada com ligeiros retoques, permitindo à maioria dos cidadãos esquecer a sua cumplicidade, directa ou mesmo só tácita e assumida, com uma política mesquinha e suicida. Na ânsia de se tornar de novo uma nação europeia, isto é, moderna e com um nível de vida elevado, Portugal simplesmente decidiu esquecer o trauma da guerra colonial como momento sintomático e condicionante de toda a sociedade. Daí o quase silêncio a nível público sobre a guerra colonial que aliás, só hoje em dia, volvidos mais de trinta anos, começa a ser rompido<sup>2</sup>. A problematização que foi feita desse trauma nacional foi-o principalmente através da literatura, como se a ficção permitisse um certo distanciamento sem o qual não se poderia sequer pensar no assunto. *A Costa dos Murmúrios* (1988) de Lídia Jorge, embora não tenha sido o primeiro romance a tratar extensivamente o trauma da guerra colonial, foi – e continua a ser – um dos mais importantes, e não só por aflorar o assunto mas por pôr em questão toda uma série de pressupostos da racionalidade ocidental, desde a falsa dicotomia entre memória e História, até ao estilçamento do sujeito tradicional em relação a situações traumáticas. A actualidade de *A Costa dos Murmúrios* pode ser bem avaliada pelo sucesso que o recente filme homónimo, de Margarida Cardoso (2004), teve e pelas intensas reacções públicas que suscitou. Já nesse romance a questão de raça e a de violência podem ser vistas como importantes, se bem que apareçam por vezes submersas por outras questões. E a questão da cegueira oficial é extremamente bem e ironicamente, quase com sarcasmo, representada na figura do capitão cego que profere um discurso sobre a grandeza do império português em frente de um quadro que representa a dita *Armada Invencível*. Mas nos romances mais recentes a questão de raça é incontornável. Ou melhor dizendo, a questão do racismo, pois é disso que se trata, apresentado como inextricável do pensamento de uma parte da sociedade portuguesa.

A teoria pós-colonial, baseada principalmente nas condições do colonialismo britânico, em grande parte decidiu celebrar o hibridismo como se o tivesse descoberto<sup>3</sup>. Mas se se tiver em conta as especificidades históricas doutros colonialismos, e certamente no caso de Portugal, a situação é bastante diferente. O luso-tropicalismo não só ofereceu ao Estado Novo uma possibilidade de se revestir de uma auréola de respeitabilidade para consumo interno, como, transformado em propaganda nacionalista, acabou por servir de base à falácia dos brandos costumes e da ausência de racismo na sociedade portuguesa. O que, para todos os efeitos, levou a uma espécie de cegueira colectiva. Ainda hoje em dia, penso, a questão racial não é considerada em geral, quando tendo em conta toda uma série de problemas da sociedade portuguesa, o que, se tem a vantagem de não conservar a

noção de «raça» estática, tem a desvantagem de igualmente não permitir uma discussão sobre racismo e os seus efeitos. Ora, a maioria das nações europeias ocidentais, e certamente aquelas com um passado imperial, hoje em dia são, em maior ou menor grau, sociedades multiculturais em que o racismo não pode ser ignorado. Se por um lado, a dada altura se pode ter pensado que o estabelecimento de uma sociedade multicultural seria vantajoso, Paul Gilroy, um dos mais contundentes críticos da sociedade inglesa, inicia o seu estudo mais recente, *After Empire* (2004), com uma denúncia da situação actual ao dizer que «*Multicultural society seems to have been abandoned at birth. Judged unviable and left to fend for itself, its death by neglect is being loudly proclaimed on all sides. The corpse is now being laid to rest amid the multiple anxieties of the “war on terror”.*» Não é só na Inglaterra que se pode constatar tal situação. Mesmo em países com uma grande tradição de tolerância, como a Holanda, por exemplo, se pode notar uma viragem na opinião pública sobre a questão racial. Ou seja, enquanto seria impensável, há alguns anos, assumir-se posições abertamente racistas, hoje em dia isso já não é assim. Desde expressões vulgares de racismo em público até à institucionalização de leis e regimes segregativos, a Europa, em grande parte, tem vindo a assumir uma posição face ao racismo que contrasta grandemente com os avanços feitos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Aquilo que Lúcia Jorge demonstra nos seus últimos romances é a existência, subterrânea se se quiser, mas estruturante, de racismo na sociedade portuguesa, e talvez seja isso que provoca a sensação de maior contemporaneidade.

Rossiana, a jovem negra que o psicanalista encontra por vezes a fumar nas escadas do edifício onde tem o seu consultório, surpreende-o um dia com a explicação da sua condição:

«Muito simples, fizeram comigo o que fizeram com a Branca de Neve – Um pajem levou-me até à floresta e lá, em vez de me espetar uma faca no coração, ordenou-me que nunca mais aparecesse nos domínios do reino e muito para além dele. De forma que está a olhar para mim e não me está a ver, está a ver a Preta de Neve em pessoa...» Como ele insistisse, ela tinha continuado – «Ouça, Osvaldo, os pajens não me deixaram propriamente numa floresta com bambis e libelinhas. A floresta onde me deixaram foi uma coisa muito séria... E foi para não ficar lá, a dormir debaixo do chão, que tenho estado fechada aqui dentro, há quase dois meses.» (P. 273)

Osvaldo irá acabar por se intrometer e ao fazê-lo será arrastado por circunstâncias sobre as quais não tem o mínimo controlo, e pagará com a sua vida o querer saber mais sobre as actividades de tráfico de seres humanos que uma das suas pacientes lhe revela como sendo parte dos seus sonhos e que, afinal, são exactamente reais. Para já desejo salientar a complexidade da escrita de Lúcia Jorge ao apresentar o assunto na sua narrativa já como uma narrativa dentro da própria narrativa, uma fábula ou um sonho, que escondem ao mesmo tempo que revelam

a realidade. E esse jogo, mas um jogo extremamente sério, entre ficção e realidade, o onírico e o real, a fábula e a verdade, é uma constituinte axiológica da narrativa que lhe empresta alguma da sua força poética e denunciadora. Seria possível pensar que o tema principal de *Combateremos a Sombra* seria a questão da psicanálise, já que a personagem principal, o Dr. Campos, é um psicanalista, e que muita da acção tem a ver precisamente com a sua prática. Em si essa atenção à psicanálise é já inovadora no campo da literatura portuguesa, sem dúvida. Mas a questão do racismo, assim como a questão do tráfico de migrantes, são igualmente importantes e a psicanálise, em parte, é um instrumento que permite à autora problematizar a realidade que denuncia.

Um dos efeitos de choque na explicação de Rossiana tem a ver com a dupla inversão da fábula, não só o assumir um conto de fadas como real, mas também a substituição da cor branca pela preta na sua afirmação identitária, «a Preta de Neve em pessoa». Mas isso está igualmente ligado com a questão da visão, ou melhor dizendo, a falha de visão: «De forma que está a olhar para mim e não me está a ver, está a ver a Preta de Neve em pessoa...» Em grande parte aquilo que Lúcia Jorge veemente denuncia é precisamente essa falha de visão na sociedade actual que permite toda uma série de actividades terem lugar de forma praticamente invisível, um projecto que a narrativa anuncia aliás desde o seu início:

Deveríamos rir-nos da fragilidade da memória, ou pelo menos sorrirmos das artimanhas do seu esquecimento. Na verdade, decorridos três anos depois da passagem do Milénio, se nos perguntarem o que sucedeu durante essa noite que então tomámos por memorável, pouco mais do que a figura sideral de um fogo-de-artifício em forma de chuva de estrelas a cair sobre o estuário de um rio nos virá à mente. E no entanto, a vida não se passou bem assim. (P. 11)

Desde a *Costa dos Murmúrios* que Lúcia Jorge tematiza a relação entre memória e História<sup>4</sup>. Se nesse romance a autora desconstruiu de forma rigorosa a História, ilustrando o aforismo pronunciado por Dominik LaCapra no seu estudo sobre a relação entre História e memória depois de Auschwitz, de que «*Memory is both more and less than history, and vice-versa*» (p. 20), nos romances seguintes, e certamente nos dois mais recentes, a exploração da relação entre memória e História tem sido continuada e Lúcia Jorge tem aprofundado a relação entre o pessoal e o colectivo e nacional. A dificuldade que Osvaldo tem, no presente, em reconhecer Rossiana como sendo a Preta de Neve, isto é, como sendo uma fugitiva ao tráfico internacional de escravos que perdura e talvez até floresça, é não só a sua dificuldade individual mas acima de tudo uma dificuldade e uma cegueira colectivas.

*Combateremos a Sombra* apresenta outros casos de cegueira. O mais saliente, penso, será o do jardineiro angolano, Lázaro Catembe, paciente do Dr. Campos, que não consegue ver os condutores de autocarro quando estes são negros: «Teria

o jardineiro conseguido entrar no autocarro? Teria naquele dia conseguido ultrapassar a ideia de que havia transportes públicos que percorriam as ruas conduzidos por volantes que se moviam sozinhos? E se ainda se encontrasse numa paragem à espera de um condutor branco?» (p. 29). É uma forma de cegueira psíquica e inversa, se quisermos, isto é, Lázaro Catembe não tem problemas de visão propriamente ditos mas, ao mesmo tempo, é incapaz de reconhecer condutores de autocarro quando estes são da sua própria raça, o que o faz portanto imaginar autocarros fantasmas e ter de esperar pela oportunidade de ver um que seja conduzido por um branco. Ora, se esta situação em si é já um comentário crítico e múltiplo à questão de racismo – desde a esperança irónica na providência de um «condutor» branco até à impossibilidade de «ver» homens da sua própria raça, o que também dá já outro sentido à expressão gasta da ideologia liberal sobre ser-se *color blind* como apanágio de uma suposta igualdade – é-o mais ainda, uma vez que a condição é explicada noutra narrativa dentro da narrativa, a memória submersa de Lázaro, que só pode ser trazida à superfície de modo eficaz quando o psicanalista força um confronto com a realidade, indo com ele e obrigando-o a entrar num autocarro:

Chorava por aquele cabrom que na guerra de Luanda, em 92, conduzia um autocarro cheio de gente, e se tinha deixado matar. Deveria ser a duocentésima vez que Lázaro contava, mas era a primeira que o fazia daquele modo – «Senhor, eu vinha sentado na frente, aquele condutor caiu para cima de mim, o sangue dele borrifou a janela toda, borrifou a mim todo, e o carro andou sozinho, sem direçom, com o condutor emborcado em cima do meu peito, o volante sozinho, e o autocarro a estampar-se na esquina do tribunal [...] Ele morto, e eu vivo, todos os outros a fugirem do autocarro, todos menos Lázaro Catembe que tinha no colo o condutor [...] Éramos seis lá dentro, Senhor, só eu me mexia no meio deles [...] e depois deixei de ouvir e de ver. Não me lembro, fiquei lá dentro com eles até de manhã, em Luanda, minha terra de recordaçom [...]» (P. 330)

A confrontação com a situação traumática é necessária para que Lázaro possa aceitar a causa da sua cegueira, para que deixe de se imaginar como o único vivo entre os mortos, para que possa finalmente retomar a sua vida a fim de poder ver os condutores negros vivos ao volante dos autocarros de Lisboa, e não apenas sempre o condutor morto tornado fantasma do autocarro de Luanda.

Outra forma de cegueira que desejo mencionar tem a ver exactamente com a necessidade de ver a realidade fora dos preconceitos habituais, neste caso os ditados pelo racismo. Depois do assassinio de Osvaldo Campos, o inquérito policial não logra resultados. O modo como essa falha é descrita chama a atenção tanto para a questão do racismo como para a da política:

Assim, enquanto os exames periciais não terminavam, alguma coisa entrava pelos olhos dentro – Lázaro Catembe era angolano, o Guarda Securitas era angolano, a rapariga que vivera durante uns meses no terceiro esquerdo, também provinha de terras de África

[...]. Por sua vez, os inspectores da Judiciária, ávidos de poesia, teceram um belo quadro. Iam deixar os dois angolanos em paz, mas não aquela *pista escura* quase óbvia – Dois homens pós-coloniais, uma rapariga pós-colonial e as suas fotografias comprometedoras... (467-468)

Só uma voz, a do inspector Toscano, chama a atenção para uma outra possibilidade, para a realidade escondida pelas sombras da pista escura: «Escarafunchem mais à direita [...] Dizia ele. [...] Escarafunchem uma *pista branca*, pá. Olhem que deve estar por aí, mesmo ao lado...» (pp. 468-473). O triunfo da dita pista escura é o triunfo do preconceito, o silêncio sobre a verdade, a oclusão do acontecido. Claro que dadas as circunstâncias e a condição actual da sociedade, o facto de o homem morto ser branco e de haver fotografias supostamente comprometedoras, porque nuas, de uma jovem negra desaparecida, leva a essa cegueira judicial que é também de certo modo uma cegueira institucional.

Para que não se pense que a situação descrita por Lúcia Jorge tem mais de ficção do que de realidade penso ser apropriado mencionar dois outros elementos separados, mas com uma relação importante. Um é o dito «arrastão» de 10 de Junho de 2005, em que supostamente teria havido uma «vaga» de assaltos cometidos em sucedâneo por uma multidão de 500 jovens africanos na praia de Carcavelos. Embora no mesmo dia o facto já fosse desmentido, e se tenha vindo a esclarecer ser um «evento» criado pela televisão ávida de notícias sensacionais, a memória que perdura é exactamente a de que o arrastão na verdade teve lugar <sup>5</sup>. É uma situação complexa, sem dúvida, mas que, embora brevemente, deve ser considerada. Para já, enquanto outras metrópoles ex-imperiais se vêem confrontadas com casos extremos de violência com base racial, em Lisboa isso não sucedeu nunca. A necessidade mediática de criar «eventos» de choque à semelhança do que sucede noutros países também já foi claramente denunciada por Lúcia Jorge noutro romance, *Jardim sem Limites* (1995). É como se só através dessas manifestações de violência e crime se pudesse julgar da modernidade de um país, sendo que à falta de eventos reais, os *media* se prestam a encená-los. O facto de o suposto arrastão se ter dado – isto é, de o evento ter sido orquestrado – no dia 10 de Junho é também significativo, visto ser essa a data de celebração nacional, e essas celebrações terem vindo a assumir cada vez mais, na Europa em geral, um carácter ligado à etnicidade, o que aliás é patente na sua antiga designação como Dia da Raça. Mas principalmente é de salientar tanto o facto de o evento ter sido basicamente uma criação dos *media* – em que certas imagens manipuladas adquirem o estatuto de real, em que uma fábula, portanto, é apresentada como realidade –, como também o facto de a memória popular o manter como real, mesmo depois dos desmentidos oficiais por parte do comando da PSP, de um inquérito formal apresentado à Assembleia da República, e até de estudos académicos e pelo menos de um documentário, *Era Uma Vez Um Arrastão* (Andringa 2005), todos comprovando a falsidade da notícia.



O outro elemento que desejo relacionar é o documentário lançado em 2004 com o título *Lisboetas*, dirigido por Sérgio Truffaut, e que foi extremamente bem recebido pela crítica. Pode-se dizer que o documentário tenta dar uma visão mais ampla do que a sociedade portuguesa, ou lisboeta, pelo menos, seria hoje em dia, depois da chegada de inúmeros migrantes oriundos de várias partes do mundo. A Lisboa apresentada pelo documentário seria portanto uma metrópole pós-colonial e multicultural. Há muitos aspectos em que penso que o filme sucede e não desejo pôr isso em causa. Mas, ao mesmo tempo, penso que, ao incidir quase exclusivamente sobre os «novos» migrantes e ignorando a realidade dos que vieram para Portugal das antigas colónias, o filme opera também uma outra forma de cegueira, uma cegueira demasiadamente irónica dado que o objectivo apregoado do filme seria precisamente o de permitir aos lisboetas terem uma visão outra e mais completa da sua cidade. O projecto em si já contém elementos questionáveis pois opera, não pode deixar de operar, dentro da lógica que lhe está subjacente, uma dicotomização entre certos, antigos, «verdadeiros» lisboetas e outros, ao mesmo tempo que pretende reduzir as barreiras entre ambos ao assumir uma postura essencialmente humanística em que os migrantes, ligados a imagens de morte e subalternidade nas cenas iniciais do matadouro, vão sendo elevados sucessivamente a uma condição mais humana, de sujeitos, desde a aprendizagem documentada da língua até, na conclusão, o nascimento de novos cidadãos já em Portugal. O documentário, embora mostre uma variedade de culturas e estilos de vida, incluindo chineses, paquistaneses, nigerianos, assim como europeus de Leste, evita certos tipos de realidade que o realizador considerou demasiado arriscados, tais como, precisamente, o tráfico de seres humanos e a escravatura sexual, a que *Combateremos a Sombra* se refere. Não é esse o ponto cego do filme porém. O ponto cego ou até, se quisermos, o nó cego, já que a falta de visão se torna nesse aspecto até num excesso de visão, se bem que momentâneo e fugaz, é constituído por uma cena, melhor dizendo, a sua conclusão, em que um ligeiro deslize por parte de um dos intervenientes desconstrói a lógica de exclusão e inclusão operativa no documentário. É um episódio simples: um jovem ex-piloto russo procura assistência numa das carrinhas de serviço médico ligeiro estacionadas à noite nas ruas de Lisboa. Tem um pé infectado e a funcionária rapidamente limpa-o e administra primeiros socorros, recomendando-lhe cuidados posteriores. É uma cena até capaz de ser interpretada mediante um evocativo bíblico, se bem que talvez não tenha havido qualquer intenção disso. Ao preencher os formulários necessários, a funcionária, uma senhora negra, faz perguntas rotineiras ao jovem russo louro sobre a sua estadia em Portugal. E é durante essa curtíssima entrevista que se dá o deslize a que me refiro, pois em vez de lhe perguntar há quanto tempo reside em Portugal a funcionária pergunta-lhe há quanto tempo reside em Angola, para imediatamente se corrigir e exclamar como justificação para o seu «erro» que seria Angola que estaria a chamar por ela.



Ora, esta situação é bem marcante da condição de invisibilidade dos migrantes das ex-colónias. E não deixa de ter um travo irónico ver a situação entre anfitrião e convidado – aqui com os papéis tradicionalmente esperados dentro dos preconceitos racistas – alterada, já que a anfitriã, isto é, a funcionária de assistência médica que representa o país, Portugal, como membro da Comunidade Europeia e portanto um país alinhado ao centro da presente hierarquia mundial, é ela mesma uma migrante, africana, enquanto o convidado a quem o auxílio é prestado, é ele mesmo não só europeu, enquanto russo, mas racialmente mais tipicamente europeu do que o típico português, sendo louro e com olhos azuis. Ou seja, esta situação inverte de maneira muito concreta as expectativas geralmente formuladas em torno da questão das migrações actuais para a Europa e fá-lo até de uma forma marcadamente racial, embora não tenha sido esse o desígnio, penso, dada a exclamação da funcionária. Essa sobreposição de uma Angola originária que a chamaria da sua presente localização metropolitana, que não deixa de se constituir como uma forma de exílio por ser europeia, é o excesso de visão que se pode contrapor à falta de visão que ainda caracteriza *Os Lisboaetas*.

Em *O Vento Assobiando nas Gruas* Lídia Jorge recorre à estrutura de uma saga familiar, de certo modo na continuação do que já fizera com o romance anterior, *O Vale da Paixão* (1998), que lhe permite relacionar directamente o pessoal e o colectivo, já que a história da família de certo modo fundamenta a História nacional. Basta lembrarmos que em *O Vale da Paixão* a casa de Valmares é apresentada como uma verdadeira representação do império para além de constituir uma alegoria da nação, no pensamento do patriarca que se questiona sobre a sua degradação: «Seria que a sua casa, a sua empresa, a sua representação de império [...] se tinham reduzido àquela decadência?» (p. 98). E também a Casa da Arara em *O Jardim sem Limites* é outra alegoria nacional, sendo que a mais horrífica das várias casas assombradas que Lídia Jorge utiliza nos seus romances seria sem dúvida a Casa do Leborão em *A Última Dona* (1992). Neste romance aliás, a crítica ao poder aliado à morte, ao poder opressivo e destruidor portanto, é feita através da figura de um engenheiro, alto funcionário do governo, que seria o oposto de Osvaldo Campos. E é nesse romance que a função testemunhal dos romances de Lídia Jorge, sempre presente, assume o seu ponto mais directo, já que a narrativa ela mesma é inaugurada por uma voz, possivelmente até a voz-fantasma da mulher cuja morte é devida ao engenheiro, que exclama: «Sou testemunha de que antes de se atingir as praias e o caos, a poente dos cruzamentos que conduzem a Duas-Pias, deixando para trás a velha linha do telégrafo que ainda delimita a zona do sossego, *A Casa do Leborão* é um local da Terra e existe» (p. 13). Osvaldo Campos de muitos modos assume essa posição da testemunha, preparando-se até para entregar os indícios que possui a um tribunal internacional e dizendo que está pronto a testemunhar. Mas em *O Vento Assobiando nas Gruas*, o testemunho é feito por uma prima de Milene que relembra os acontecimentos,

embora na altura em que eles se passaram ela ainda fosse ignorante de muito, e, principalmente, do destino trágico de Milene às mãos da família, que, para evitar a qualquer custo a possibilidade de vir a ter uma descendência híbrida, a engana e, debaixo de pretextos, consegue que seja operada e tornada estéril.

A estrutura de *O Vento Assobiando nas Gruas* é talvez mais complexa ainda do que a de outros romances de Lídia Jorge, incluindo a dupla narrativa de *A Costa dos Murmúrios*, em que o texto inicial, «Os Gafanhotos», é imediatamente desconstruído pela narrativa de Eva. Isto porque se *O Vento Assobiando nas Gruas* é o título do romance em si, é-o também de uma das suas partes, a final, que tem, como subtítulo «*post-scriptum*», e onde a cerimónia do casamento de Milene é descrita, enquanto o primeiro capítulo é que se intitula «Cerimónia», sendo a maior parte do romance constituída por um texto intitulado «Livro de Milene». Esta complexidade, longe de constituir um mero jogo textual ou metatextual, tem implicações fortes para se compreender o processo de questionamento da narrativa em si como possível representação da verdade, da realidade, ao mesmo tempo que a narrativa é considerada como absolutamente necessária enquanto testemunho. Se o testemunho só pode ser dado pela voz fantasma de *A Última Dona*, ou pela prima de Milene, ou por quem sobrevive, Osvaldo, ao mesmo tempo é preciso problematizar a possibilidade de falar e de testemunhar. Daí que a maior parte do texto seja intitulado «Livro de Milene», e que a parte com o título homónimo do romance seja apresentada como sendo sempre já posterior. *O Vento Assobiando nas Gruas* revela exactamente tanto o modo como a sociedade portuguesa se assenta fundamentalmente nas condições criadas pela exploração imperial, como se vai mantendo através da exploração neocolonial em parceria com o resto da Europa. A Fábrica velha da família Leandro é uma ruína, mas uma ruína para onde vão viver os membros da família de Antonino, e uma ruína que serve como espaço privilegiado desejado na morte da avó de Milene, ou seja, a Fábrica representa a vários níveis a ligação imperial e neocolonial de Portugal, assim como une as duas famílias simbolicamente, uma união que é forçosamente e criminosamente rejeitada quando assume elementos concretos na relação entre Milene e Antonino. O casamento final é nada mais do que uma farsa, erigida e representada para manter as aparências, e não será por acaso que é realizado no Brasil, o espaço mítico da harmonia plurirracial segundo os adeptos do luso-tropicalismo onde, mesmo assim, as divisões de raça ainda existem, como a prima de Milene nota: «Dois anos depois, a cerimónia seria discreta. Nessa altura eu ainda não sabia de nada. Fui colocada entre as mulheres brancas [...] As mulheres pretas ocupavam os lugares da frente» (p. 497). Só que, como o leitor sabe, como a prima testemunhará, Milene já foi operada, já lhe foi negada a possibilidade de vir a contribuir para uma sociedade híbrida.

O acto criminoso levado a cabo pela família de Milene na sua tentativa de preservar aquilo que consideram como a integridade racial, entenda-se, da família,

e, por extenso, da nação, pode ser visto como um acto de extrema violência, e como tal comparável, se bem que distintamente, ao assassinato de Osvaldo Campos. E é também, são-no os dois, provas da falha de imaginação política a que Paul Gilroy alude quando analisa a falência do projecto para uma Europa multicultural no futuro. Mesmo assim, e como Paul Gilroy também indica, apesar das tentativas de enterrar esse futuro outro para a Europa, há momentos, projectos, acções, principalmente no que diz respeito a modos de interacção entre jovens marginalizados e certas expressões culturais, que ainda permitem vislumbrar uma esperança para um futuro livre de, ou menos sujeito, ao racismo que ainda caracteriza fortemente as sociedades europeias. O facto de Milene e Antonino permanecerem juntos apesar de tudo o que sofrem pode ser um elemento, mesmo que reduzido, dessa esperança, assim como o pode ser o facto de Rossiana ter sobrevivido e ter decidido exprimir-se através da fotografia, o mesmo meio aliás usado para julgar o assassinato de Osvaldo Campos como uma questão meramente pós-colonial, isto é, um problema racial, e para recordar o casamento no Brasil de Milene com Antonino. Mas é preciso ter em conta que Rossiana só sobrevive fugindo de Portugal e que, embora disposta a contar o que sabe, a testemunhar, só o fará fora de Portugal. A questão do silêncio, a falta de reflexão sobre racismo, a cegueira traumática ou voluntária da sociedade portuguesa para com uma das suas determinantes mais importantes apontam, por isso mesmo, tal como o título de Lídia Jorge o anuncia, para a evidência de que, mais do que nunca, é necessário que combatamos a sombra.

<sup>1</sup> Embora os estudos críticos sobre a vasta obra de Lídia Jorge abundem, encontram-se na maior parte dispersos. Um volume que reúne um número de ensaios salientes sobre grande parte da obra é o número temático de *Portuguese Literary & Cultural Studies*, organizado por Cláudia Pazos-Alonso em 1999 e que pode ser acedido através de <http://www.plcs.umassd.edu/plcsissues/02.cfm>.

<sup>2</sup> Presentemente as publicações e os estudos sobre a Guerra Colonial começam a constituir uma bibliografia razoável. Limito-me aqui simplesmente a salientar alguns dos mais relevantes, tal como «Percurso africanos: a guerra colonial na literatura pós-25 de Abril», de Margarida Calafate Ribeiro; *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* (2004), de Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira, orgs. *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, 2003.

<sup>3</sup> Sobre o assunto o volume colectivo *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures* oferece várias perspectivas dentro das quais saliento o ensaio de Ana Paula Ferreira, «Specificity Without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality», 2007.

<sup>4</sup> O tema tem suscitado bastante atenção crítica. Permito-me referir somente dois ensaios sobre o tema aqui: Ana Paula Ferreira, «Reengineering History: Women's Fictions of the Portuguese Revolution» (1997) e Paulo de Medeiros, «Memória Infinita» (1999).

<sup>5</sup> Um comentário crítico sucinto mas importante é dado por Miguel Vale de Almeida (2006).

- Andringa, Diana. *Era Uma Vez Um Arrastão*. 2005. Vídeo acessível em <http://sabotagem.re-volt.org/node/342>.
- Cardoso, Margarida. *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Atalanta Filmes, 2004.
- Ferreira, Ana Paula. «Reengendering History: Women's Fictions of the Portuguese Revolution». In: *After the Revolution: Twenty Years of Portuguese Literature, 1974-1994*. Orgs. Helena Kaufman e Anna Klobucka. Lewisburg: Bucknell University Press, 1997, pp. 219-242.
- «Specificity Without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality». In: *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Org. Paulo de Medeiros. Utrecht: Portuguese Studies Center, 2007, pp. 21-40.
- «Folheando com...». Entrevista a Lúcia Jorge. In: *Portal da Literatura*. 13/04/2007. Acessível em <http://www.portaldaliteratura.com/entrevistas.php?id=11>.
- Gilroy, Paul. *After Empire: Multiculture or Postcolonial Melancholia*. London: Routledge, 2004.
- Jorge, Lúcia. *O Dia dos Prodígios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- *A Última Dona*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- *O Jardim sem Limites*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- *O Vale da Paixão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- *O Vento Assobiando nas Gruas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.
- *Combateremos a Sombra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007.
- LaCapra, Dominick. *History and Memory After Auschwitz*. Ítaca e Londres: Cornell University Press, 1998.
- Lúcia Jorge in *Other Words/Por Outras Palavras. Portuguese Literary & Cultural Studies 2*, 1999.
- Medeiros, Paulo de. «Memória Infinita». In: *Portuguese Literary & Cultural Studies 2*, 1999, pp. 61-78.
- Ribeiro, Margarida Calafate. «Percursos africanos: a guerra colonial na literatura pós-25 de Abril». In: *Portuguese Literary and Cultural Studies 1*, 1998, pp. 125-152.
- *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Ferreira, Ana Paula, orgs. *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- Truffaut, Sérgio. *Os Lisboaetas*. Lisboa: Atalanta Filmes, 2004.
- Vale de Almeida, Miguel. «Comentário». In: *Portugal Não É Um País Pequeno*. Org. Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Cotovia, 2006, pp. 359-367.